



<b>Bolsas</b> Na segunda-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na segunda-feira	<b>Salário mínimo</b> R\$ 1.518	<b>Euro</b> Comercial, venda na segunda-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,1% São Paulo	139.205 27/8 28/8 29/8 1/9	R\$ 5,440 (+ 0,33%)	Últimos 26/agosto 5,434 27/agosto 5,417 28/agosto 5,406 29/agosto 5,422	R\$ 6,371	14,90%	14,91%	Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26

## CONTAS PÚBLICAS

# Devedor contumaz na pauta do Senado

Proposta que cria Código de Defesa do Contribuinte, busca, também, punir empresas ligadas ao crime organizado no país. Presidente da Casa pautou a matéria após megaoperação contra PCC e fintechs

» WAL LIMA

Embalado pelas denúncias da operação Carbono Oculto — que investiga a presença do crime organizado em empresas —, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pautou para hoje a votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 125/2022, que institui o Código de Defesa do Contribuinte e cria um marco legal para enfrentar os chamados devedores contumazes. A matéria prevê punições em caso de empresas estruturadas para fraudar o Fisco de forma reiterada, considerada um braço econômico do crime organizado.

O relatório foi apresentado ontem pelo senador Efraim Filho (União Brasil-PB), líder do partido na Casa. Segundo ele, a proposta busca equilibrar a proteção ao contribuinte e o combate à sonegação sistemática. “Esse é um projeto de ganha-ganha. É bom para o governo, porque evita a evasão de divisas; é bom para quem produz, porque garante um ambiente saudável de negócios; e é bom para o cidadão, porque preserva a saúde e o patrimônio, evitando que ele seja exposto a produtos falsificados ou adulterados”, afirmou Efraim, em coletiva no Senado.

O relatório estabelece critérios objetivos para diferenciar inadimplência eventual de fraude estruturada. “A contumácia é reiterada, substancial e injustificada. Não pode ser confundida com uma mera dificuldade de caixa. Uma empresa que passa por crise momentânea não será enquadrada como devedora contumaz”, explicou o parlamentar.

O piso mínimo para que uma empresa seja considerada contumaz foi fixado em R\$ 15 milhões. A medida tem o objetivo de atingir apenas grandes esquemas de sonegação e evitar perseguição a pequenos e médios negócios. O projeto também prevê punições rigorosas, como a suspensão do CNPJ e

a paralisação imediata das atividades das companhias identificadas.

Outro ponto de destaque é a exclusão da possibilidade de extinguir a punibilidade com o simples pagamento do débito. “Estamos falando de crime organizado. Não se trata apenas de não pagar imposto, mas de usar a fraude fiscal para financiar facções criminosas, muitas vezes com risco penal menor do que o tráfico de drogas”, comparou Efraim.

### Prejuízo bilionário

De acordo com a Receita Federal, nos últimos 10 anos, mais de 1,2 mil CNPJs praticaram fraudes estruturadas em diferentes setores da economia, resultando em perdas estimadas em R\$ 200 bilhões para os cofres públicos. Esses valores são considerados irrecuperáveis, já que muitas das empresas foram criadas em nome de “laranjas” e desapareceram em poucos meses.

Os segmentos mais afetados são combustíveis e gás, mas há ocorrências também nos setores de bebidas, tabaco, transporte e alimentação. “O devedor contumaz afasta o concorrente leal, prejudica quem gera emprego e paga imposto. É uma concorrência desleal que quebra empresas formais e prejudica a sociedade inteira”, destacou Efraim.

### Consulta ampla

Para elaborar o parecer, o senador disse ter dialogado com o Ministério da Fazenda, a Receita Federal e entidades do setor produtivo, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Também foram incorporadas contribuições de projetos em tramitação na Câmara e no Senado.

O texto de Efraim incorpora alguns pontos da proposta apresentada, no ano passado, pelo ministério da Fazenda. Entre os itens apresentados pelo governo, está a incorporação do programa de

Wal Lima/CB



Ao divulgar o relatório, Efraim destacou que o projeto visa punir os maus, mas premiar os bons pagadores

conformidade cooperativa, que preveem benefícios ao bom pagador, como redução de multas, transformação de sanções em advertências e prioridade no desembaraço de mercadorias no comércio exterior. “Não falamos apenas do mau pagador. Também é preciso valorizar quem cumpre as regras”, ressaltou Efraim.

Também será absorvida a sugestão da Fazenda da criação de um bônus de adimplência, que prevê desconto de até 3% no pagamento da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL).

Por se tratar de um projeto de lei complementar, o texto poderá ser aplicado não apenas na esfera federal, mas também em estados e municípios, alcançando fraudes em ICMS e ISS. “Se fosse uma lei

simples, só valeria para impostos federais. Agora, estados e municípios também terão respaldo para enfrentar a prática”, explicou.

### Carbono Oculto

Para a sessão de hoje, convocada pelo presidente Davi Alcolumbre, a expectativa de Efraim é de que a aprovação ocorra com ampla maioria. “Esse projeto tem a sociedade ao nosso lado. Estamos falando de coibir o crime organizado que se infiltra em setores estratégicos da economia. Cada dia perdido significa mais recursos indo para financiar facções criminosas e o narcotráfico”, disse.

Segundo o parlamentar, os eventos recentes da Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal,

deram “o empurrão que faltava” para a proposta avançar.

Durante a coletiva, Efraim foi questionado sobre reportagem que menciona suposta ligação do senador Ciro Nogueira (PP-PI) com o PCC para interferir na tramitação da matéria. Ele evitou polemizar: “Não cabe a mim fazer pré-julgamentos. O projeto é técnico e está focado em coibir brechas usadas pelo crime organizado”.

O relator disse ainda esperar apoio unânime das bancadas, mas admitiu estar preparado para esclarecimentos em plenário. “Se tiver que ir a voto, temos confiança de que será aprovado. É um tema que não divide a sociedade, mas une em torno do combate à fraude e à violência”, completou.

## INFRAESTRUTURA

# Transição energética em debate no Nordeste

» ROSANA HESSEL

Recife - Ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva, parlamentares governistas e da oposição, incluindo o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), participaram, ontem, da cerimônia de abertura da 14ª edição do Fórum Nordeste, um dos principais eventos sobre os impactos das mudanças climáticas e o papel da transição energética como motor de crescimento da economia brasileira.

Em seu discurso, Motta ressaltou que o Brasil está à frente no mundo na agenda da transição energética e há muitas oportunidades para o país nesse segmento.

“Mas isso não significa que devemos nos acomodar. Essa é uma oportunidade de desenvolvimento e gera emprego e renda que tanto contribui para a energia do Nordeste e contribui para que o Brasil avance e tire mais proveito dessas energias limpas”, afirmou.

“Vejo isso com grande satisfação, embora represente muito trabalho para a Câmara dos Deputados. A Casa tem se empenhado em apoiar a produção e a distribuição de energia a partir de fontes renováveis, assim como o desenvolvimento de novas tecnologias”, acrescentou ele, destacando algumas pautas de transição energética já aprovadas pelos deputados.

Entre elas estão o marco legal da microgeração e distribuição, o marco legal do hidrogênio verde, o marco legal da energia eólica offshore, aprovado, infelizmente, com “jabutis” — emendas não relacionadas ao tema — que beneficiam a energia a carvão, e a emenda constitucional que elevou para 30% o percentual de etanol na gasolina.

Na abertura, a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSD), destacou diversos investimentos de empresas estrangeiras em energias renováveis no estado, que têm gerado empregos e renda de forma sustentável. “Pernambuco tem mais carteira assinada do que beneficiários do Bolsa Família”, afirmou.

\*A jornalista viajou a convite do Fórum Nordeste



RAUL VELLOSO

OBVIAMENTE, QUANTO MAIOR A TAXA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE IDOSOS, MAIOR O GASTO PREVIDENCIÁRIO, E, PORTANTO, MAIORES OS DEFICITS OBSERVADOS NESSA ÁREA. ISSO PODE SER OBSERVADO COM CLAREZA DESDE O ANO 2.000, QUANDO, RELATIVAMENTE A 1987, O NÚMERO DE IDOSOS AUMENTOU NÃO MENOS QUE 61,7%

## O "x" da questão é previdência (e algo mais...)

A classe política optará sempre pelo menor desgaste possível com o seu grupo de sustentação, especialmente no caso de processos dolorosos de ajuste como o que se refere à previdência, onde despontou a questão macro fundamental que há muito nos tem afligido e mais dia menos dia precisará ser atacada de frente.

Trata-se, na verdade, da tendência à disparada dos déficits previdenciários, que tem estado presente no seio das contas públicas brasileiras há algum tempo, embora essas não tenham servido para afugentar outras pressões financeiras de vulto sobre o orçamento público do nosso país. Cabe dizer algo sobre as causas por trás de tudo isso, o que precisa ser feito para corrigir o básico a ser arrumado, e as consequências desastrosas de não se adotarem as

devidas providências que evitariam o surgimento dos problemas sérios que acabam acontecendo, e têm, de fato, surgido. Dada a sua importância, vira e mexe volto ao mesmo tema em meus artigos.

No tocante à Previdência, o principal determinante do surgimento desse tipo de resultado e de suas consequências inconvenientes é o crescente grau de envelhecimento da população brasileira, ou do número de idosos, ou seja, da parcela da população acima de 65 anos. Obviamente, quanto maior a taxa de crescimento do número de idosos, maior o gasto previdenciário, e, portanto, maiores os déficits observados nessa área. Isso pode ser observado com clareza desde o ano 2000, quando, relativamente a 1987, o número de idosos aumentou não

menos que 61,7%. Passou, depois, para 264,3% em 2024, e finalmente aos chocantes 678,6% que são projetados para 2050, tudo isso em comparação com 1987.

Enquanto isso, a PIA (ou a população em idade ativa), segmento em que se concentram as contribuições, crescia bem menos: 34,2; 76,0 e 65,4%, nos mesmos períodos citados.

Daí ao crescimento médio real superrelevado dos gastos previdenciários e à desabada da taxa média relativa à expansão dos investimentos públicos em infraestrutura, um dos itens mais flexíveis do Orçamento, e à desabada da taxa média de crescimento da atividade econômica, foi apenas um passo. No caso dos gastos previdenciários, e começando pelos dispêndios da

esfera que mais cresceu, a dos municípios, a taxa média real de crescimento em 2011-18 foi de 12,5%; nos Estados, 5,9% em 2006-18, no Regime Geral (INSS), 5,1%, em 2006-20; e, no Regime Próprio da União, 3,1% em 2006-21. Finalmente, no caso dos investimentos públicos em infraestrutura, a queda média real se situou, em 2006-22, ao redor de 1,5% ao ano, no conjunto de todas as esferas de governo, após ter caído, sistematicamente, não apenas de 1997 a 2006, como também posteriormente a 2006, quando não parou de cair até 2022, último ano da série considerada.

Enquanto isso, e relativamente ao PIB, os investimentos privados totais em infraestrutura só caíram, daí só ter restado ao PIB crescer sistematicamente menos do que

vinha ocorrendo anteriormente (no caso, a taxa de crescimento do PIB passou a cair sistematicamente de cerca de 5%, em termos reais, em 2014, para quase zero em 2022).

Voltarei, em minha próxima coluna, a tratar da complexa questão previdenciária, enquanto, para concluir esta, listarei a seguir as novas e relevantes fontes de pressão fiscal adicionais às da Previdência que teriam passado a incidir mais recentemente sobre o nosso país, tendo sido estimadas em algo ao redor de R\$ 389 bilhões, segundo o *Estadão* de 18/08, embora não se saiba ainda com segurança se elas serão efetivamente excluídas, segundo governo atual, do cômputo da meta fiscal cuja execução ele pretenderia viabilizar ainda este ano.

Nessa expressiva soma se

incluiriam: (a) uma parcela decorrente do socorro ao “tarifaço” que acaba de ser aplicado pela gestão Trump com bastante intensidade tanto sobre o nosso (R\$ 9,5 bilhões até 2026), como também sobre o ambiente de outras nações. Além disso, segundo estimativas do Ministério da Fazenda, o grosso (ou seja, 87%) do montante há pouco citado “decorre da necessidade de reverter o calote em credores de precatórios aplicado pelo governo anterior e de aprovar uma PEC de Transição para recompor o repasse artificial de despesas essenciais e cobrir buracos no Orçamento deixados pelo governo anterior”, podendo incluir ainda outras despesas como a do socorro à calamidade do RS e o próprio ressarcimento de vítimas da fraude do INSS.